

PAGAR

NO COMEÇO, TUDO É FESTA

O Forte de Copacabana enfeitado para a Rio+20: delegações do mundo inteiro se reúnem na capital fluminense para negociar formas de chegar ao menos a uma declaração conjunta sobre os rumos para o desenvolvimento sustentável, tema que hoje se caracteriza pela participação da população e das empresas e pelo desentendimento entre os governantes

QUEM VAI A CONTA?

As autoridades na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável talvez não consigam decidir em uma semana quem financiará uma economia mais limpa — mas a boa-nova é que a pressão da sociedade pelo consumo responsável é um caminho sem volta

GABRIELE JIMENEZ E JULIANA ARINI

Bandeiras internacionais hasteadas, tendas armadas em parques públicos, exposições por toda a cidade, comitivas estrangeiras emperando o trânsito — assim é, neste momento, o Rio de Janeiro, engalanado e congestionado pelo início da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Os números são portentosos: 50 000 visitantes, delegações de 190 países, ONGs de todo tipo e indígenas do Brasil e de fora que fazem a festa de fotógrafos em busca de imagens exóticas. Eles estão na cidade para discutir como conciliar desenvolvimento, qualidade de vida e preservação do ambiente. Na sexta-feira 15, grupos de diplomatas, cada qual com seus adendos e suas propostas debaixo do braço, entram e saem de salas fechadas no Riocentro, a sede da conferência na Barra da Tijuca, tentando enxugar caudalosas 81 páginas e dar um semblante de acordo ao documento final que a reunião de chefes de estado e de governo, entre os próximos dias 20 e 22, deve ratificar. As chances de acordo sobre medidas concretas são remotíssimas. O mais provável é que concordem em continuar discutindo — o que, num palco de tantas e tamanhas divergências (veja o quadro na pág. 110), já é muito bom.

Resumidamente, a Rio+20, como todas as reuniões de peso sobre meio ambiente antes dela (a Eco 92, por exemplo), contrapõe dois blocos — países ricos de um lado, emergentes e pobres do outro — com visões opostas sobre as duas questões básicas do desenvolvimento sustentável: 1) como adaptar o modelo econômico para acomodar os princípios da sustentabilidade; e, mais sensível ainda, 2) quem vai pagar a bilionária conta da mudança. O embaixador-chefe do Brasil nas negociações, Luiz Alberto Figueiredo, lançou oficialmente a proposta do G77, o grupo dos pobres e emergentes, de criar um fundo de 30 bilhões de dólares por ano, a partir de 2013, financiado pelos países desenvolvidos (porque foram eles os grandes poluidores do planeta). É mais contundente que a vaguíssima recomendação de investir 100 bilhões de dólares por ano, vindos não se sabe bem de on-

JULIO CESAR GUIMARAES / UOL / FOLHAPRESS

de, citada para se “ter em mente” no documento final da conferência de Copenhague, em 2009. Seja com 30 bilhões, seja com 100 bilhões, falta, para que o projeto vire realidade, combinar com os países ricos — que, justamente nesta Rio+20, estão menos ricos e mais arredios ainda à ideia de arcar com o grosso do custo da mudança para um desenvolvimento mais sustentável.

Nesse debate, surge a ideia da “economia verde”, um conceito difícil de engolir tanto para os mais radicais defensores da economia quanto para os ideólogos do verde. Para as empresas, a obrigação de considerar, além da saúde financeira, seu impacto social e ambiental é uma camisa de força que pode enfraquecê-las — embora elas saibam ser esse um caminho inescapável. Para os ambientalistas, submeter a sustentabilidade à necessidade de lucro das empresas é mercantilizar uma questão de sobrevivência do planeta. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), economia verde é aquela que “resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e na igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ao meio ambiente”. O programa aponta dez temas-chave a ser enfrentados para que se faça a transição para o desenvolvimento sustentável. Calcula-se que essa transição custaria, anualmente, 2% de toda a riqueza produzida no mundo. E não bastaria. “É preciso elevar a produtividade a novos patamares, de modo a gerar mais riqueza depredando menos o ambiente”, diz o economista americano e prêmio Nobel Thomas Heller. “Só assim é possível olhar para a economia e o verde simultaneamente.”

Três propostas encaminhadas nas reuniões preparatórias que ocorreram ao longo dos últimos dois anos na sede da ONU, em Nova York, podem ser a tábua de salvação para que a Rio+20 não naufrague em discursos vazios. São sugestões novas, com alguma chance de, mais para a frente, se viabilizarem. Uma é a criação das Metas do Desenvolvimento Sustentável (MDS), um conjunto de objetivos e prazos para a transição rumo à economia verde. Outra, a consolidação de uma nova metodologia — o indicador de riqueza

inclusiva (IRI), que considera dados como investimento em educação e bem-estar e o nível de sustentabilidade na produção — para medir o progresso, em substituição ao produto interno bruto (PIB). A terceira proposta é criar um órgão regulador mais forte, uma agência desvinculada da ONU. O Brasil defende o fortalecimento da própria ONU, e não a criação de uma instância alternativa. “Quando falamos em destruição do planeta, usamos o termo errado. O planeta encontrará meios de se recuperar, a longo prazo, como sempre fez. O problema está no futuro que nós, humanos, teremos se não agirmos logo”, diz o economista Sérgio Besserman, chefe da comissão carioca na Rio+20.

Felizmente para a saúde planetária, outros protagonistas vêm fazendo o dever de casa. No mundo todo, empresas se preocupam em entregar produtos menos agressivos ao ambiente, forçadas por consumidores conscientes e exigentes. Temas do cotidiano que tinham sido subtraídos das grandes plenárias — como a inundação dos rios que atravessam as metrópoles, a sujeira nos oceanos, a pesca predatória e o descalabro com o lixo urbano — não sumiram de vez das discussões porque a sociedade se movimentou. Exige cada vez mais e, por exigir, atrai também o poder público. O despertar desse ciclo virtuoso talvez tenha sido o grande mérito da Eco 92, que de concreto, num plano mais global, apenas ratificou o acordo de redução dos gases que provocavam o problema do buraco na camada de ozônio, hoje definitivamente resolvido.

Agora, da Rio+20, com os grupos políticos antagônicos muito bem definidos, dificilmente despontarão grandes avanços. Mas de discussão em discussão, de esclarecimento em esclarecimento, de pressão em pressão, a sustentabilidade caminha para se impor, inevitavelmente, nas decisões sobre o futuro do planeta. “Há limite para a miopia nessa área. Temos de debater como gente grande. Precisamos acabar com o achismo ambiental”, alertava na semana passada a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em seminário no Rio. É justamente para combater o achismo que VEJA publica a série de reportagens e artigos das próximas páginas. ■

O JOGO DE INTERE

As questões que estarão no centro das discussões



ASSUMIR COMPROMISSOS COM METAS E PRAZOS

A conferência deveria estabelecer as Metas do Desenvolvimento Sustentável (MDS). Mas não se imagina acordo quanto a objetivos, prazos e, evidentemente, valores da conta



ACABAR COM O SUBSÍDIO AO PETRÓLEO

Para vigorar uma economia de baixa emissão de carbono, os governos precisariam parar de bancar o petróleo. Muitos defendem a ideia de que esses privilégios sejam, no mínimo, compartilhados em grande escala com outras fontes de energia, mais limpas



FUNDAR UMA AGÊNCIA INTERNACIONAL INDEPENDENTE

O ponto mais explosivo: criar uma agência ambiental desvinculada da Organização das Nações Unidas (ONU) e com real poder decisório



CRIAR UM NOVO CONCEITO DE PIB

Trata-se de estabelecer novas metodologias que, para além da riqueza das nações, possam incluir também os chamados capitais natural e humano, levando em conta o cuidado ambiental



AJUDA FINANCEIRA DOS RICOS PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Na Eco 92 se discutiu sobre quem deveria pagar por um mundo mais sustentável. O comportamento ideal, segundo a ONU: as nações ricas — grandes responsáveis pela poluição e perda de biodiversidade — devem doar parte de suas riquezas para que os países em desenvolvimento não sejam prejudicados

UNIÃO EUROPEIA

■ Apoia a inclusão de metas para que os países adotem ações para controlar a perda de biodiversidade, a degradação dos oceanos e dos solos e as emissões de gases. O ex-presidente francês **Nicolas Sarkozy** foi um dos grandes defensores da criação de uma agência ambiental desvinculada da ONU. A França de **François Hollande** ainda defende essa posição

A favor    

Contra

Em termos 



ESTADOS UNIDOS

CANADÁ

AUSTRÁLIA

■ Os Estados Unidos nunca ratificaram o Protocolo de Kyoto. Os três países têm uma matriz energética dependente da queima de combustível fóssil e alegam que a transição para uma economia de baixo carbono poderá gerar prejuízos irremediáveis — embora **Barack Obama** (que não virá ao Rio) seja a favor do fim do subsídio ao petróleo

A favor 

Contra 

Em termos   

G77 (inclui os Brics)

BRASIL

RÚSSIA

CHINA

ÍNDIA

■ Defende um ponto nevrálgico: a transição para uma economia de baixo carbono depende de ajuda econômica das nações ricas. O alinhamento do Brasil ao grupo é uma das críticas ao anfitrião, de quem se esperava uma posição neutra e conciliadora. A presidente **Dilma Rousseff** não arreda pé. Índia e África do Sul alegam necessidade de poluir para, mais tarde, ter condições de custear uma economia verde. A China, a maior emissora de gases mundial, deve surpreender. Os chineses são hoje líderes em produção de energias eólica e solar. Com consultores como Maurice Strong (idealizador da Conferência de Estocolmo, em 1972, e da Eco 92), a China pode defender metas arrojadas de transição para uma economia de baixo carbono

A favor  

Contra  

Em termos 



COREIA DO SUL

JAPÃO

■ A Coreia do Sul foi o país que mais investiu em economia verde para sair da crise financeira mundial de 2008. É líder na construção de edifícios eficientes e na fabricação de veículos de baixas emissões. Os japoneses atuam na vanguarda das decisões sobre biodiversidade e florestas há décadas, porém temas como a preservação dos estoques pesqueiros sempre foram olhados com reservas. A questão dos subsídios ao petróleo também virou um tabu depois do acidente na usina de **Fukushima**, em 2011. Para desligar suas usinas nucleares, a matriz energética do país foi substituída por termelétricas movidas a petróleo, carvão e gás

A favor 

Contra   

Em termos 



REUTERS, LUCSEL, BOVAVENTURA/APP E PEDRO LADENKAT/IMPRESS

A VIDA DEPOIS DA ECO 92

A irregular trajetória dos personagens que se destacaram no encontro de vinte anos atrás

O OCASO DE PAULINHO PAIAKAN

O QUE DISSE VEJA EM 1992

“A lista dos participantes do Fórum Global, evento paralelo da Eco 92 que reúne 12 000 militantes de organizações não governamentais de todo o mundo no Aterro do Flamengo, acusava na semana passada uma ausência ilustre. Paulinho Paiakan, 37 anos, cacique da aldeia Aukre dos índios caiapós no sul do Pará, era um dos brasileiros mais esperados para o encontro. (...) Em vez de ir à conferência, embrenhou-se nas matas do sul do Pará para escapar da polícia, que o caçava. Ele é acusado de um crime catalogado como hediondo na lei brasileira — o estupro, acompanhado de tortura e tentativa de homicídio, da estudante Silvia Letícia da Luz Ferreira, de 18 anos.”

CRISTINO MARTINS / AG. PARÁ



► Paiakan foi condenado a seis anos de cadeia, mas nunca pôs os pés numa penitenciária. Durante algum tempo esteve foragido. Com o passar dos anos, e inúmeros recursos jurídicos depois, obteve o direito de cumprir a pena em prisão domiciliar.

Vive hoje — apático — na aldeia Rio Vermelho, na cidade de Tucumã, no Pará. É contratado da Funai como monitor de saúde, mas não exerce a atividade. Desde o ano passado não deve mais nada à Justiça. Agora, a convite de um ítalo-americano ligado a uma ONG, pretende desembarcar no Rio de Janeiro. “Vou como espectador, quero ouvir o que os homens brancos vão falar sobre o ambiente”, disse a Kalleo Koura, de VEJA. Os índios militantes, e os militantes amigos dos índios, preferem vê-lo a distância. Em uma palestra no ano passado sobre a construção da Usina de Belo Monte, Paiakan chegou a defendê-la. Resultado: isolou-se ainda mais.

ÍNDIO QUE NÃO APITA MAIS

Hoje, apático, sem influência, e na capa de VEJA, acusado de estupro de uma estudante de 18 anos



O GREENPEACE ESTÁ MAIS PACÍFICO

O QUE DISSE VEJA EM 1992

“Eles são ousados, como o quixote que sai de sua casa, viaja até o meio do oceano e, sozinho num barco de borracha, tenta deter um gigantesco baleeiro. Também podem ser generosos, como os estudantes que trocam o conforto do Japão pelos mutirões para plantar árvores nas Filipinas. Ou agressivos, como os jovens londrinos que, de spray na mão, atacam à saída dos teatros as mulheres que insistem em desfilar com casacos de pele.”

► O Greenpeace já não faz o barulho de antes, embora mantenha todas as suas causas originais. O navio guerreiro da organização pacífica, o *Rainbow Warrior*, ficará atracado no Rio até o próximo dia 22, aberto a visitação pública. Fora da embarcação, nem tudo reluz. Na semana passada o grupo JBS, a maior empresa de processamento de proteína animal do mundo, ganhou uma liminar na Justiça contra o Greenpeace. A entidade verde distribuíra um panfleto em que se informava que a JBS descumpria um compromisso público de 2009 de não comprar bovinos criados em áreas de desmatamento, terras indígenas e de fazendas envolvidas em trabalho escravo. O Greenpeace, segundo a JBS, espalhava informações falsas e irresponsáveis.



QUIXOTESCO
O navio Rainbow Warrior na Amazônia, a caminho do Rio

RODRIGO BALEIA/GREENPEACE

O VAUDEVILLE DE SÉGOLÈNE ROYAL

O QUE DISSE VEJA EM 1992

“A ministra do Meio Ambiente da França, Ségolène Royal, 39 anos, chegou cheia de decisões a tomar. Ao definir a aprovação francesa ao texto da Convenção da Biodiversidade, ela mostrou que o tamanho de sua participação na Eco 92, ao contrário do que se supunha, é respeitável. Radical quando o assunto é verde, Ségolène, que está no oitavo mês de gravidez, anunciou também o ecológico nome da filha. ‘Ela vai se chamar Flora’, revelou a futura mamãe.”



SIPA PRESS

► Flora Hollande nasceu logo depois da Eco 92. A moça é filha do atual presidente da França, o socialista François Hollande, então marido de Ségolène. A grávida de vinte anos atrás concorre hoje a uma vaga de deputada na região sudoeste do país — em 2007, ela perdeu as eleições presidenciais para Nicolas Sarkozy. Na semana passada, Ségolène esteve envolvida numa confusão de proporções amazônicas. A atual primeira-dama da França, Valérie Trierweiler, foi ao Twitter para “desejar coragem” a uma candidatura que se opõe à de Ségolène, a de um dissidente socialista local. O apoio provocou crise política porque Valérie foi contra a posição de Hollande. Teria ela feito o que fez apenas para cutucar a ex-mulher do marido? Para a imprensa local foi um “vaudeville lamentável”, mistura de público e privado. Ségolène retrucou na lata. “Não quis responder de cabeça quente porque o golpe foi violento demais, mas isso não significa que não esteja machucada”, disse em entrevista. “Exijo respeito como uma mãe cujos filhos entendem o que é dito.” Com tanta coisa para cuidar, a Rio+20 passou à margem do atual cotidiano de Ségolène.

PAPAI SABE TUDO

Flora é filha de Ségolène e seu ex-marido, François Hollande, o atual presidente da França



NICOLAS GOUHIER / ABAKA PRESS

AS FRAQUEZAS DE MAURICE STRONG

O QUE DISSE VEJA EM 1992

“O homem que vai comandar a Eco 92 no Rio de Janeiro fugiu de casa aos 12 anos. O canadense Maurice Strong, ainda um menino, foi morar com seus vizinhos esquimós como forma de protestar contra o desrespeito à natureza pelas pessoas de sua cidade, Oak Lake, no centro do Canadá. Oak Lake tinha 4000 habitantes naquela época, e o máximo de sujeira que seus moradores faziam era jogar lixo na rua principal. Cinquenta anos depois, Strong continua protestando mas mudou de métodos e plateia. Enriqueceu negociando petróleo e tornou-se o homem forte da Organização das Nações Unidas (ONU) para questões ambientais. Diz que aprendeu ecologia com os esquimós, mas acha que quem lidera a luta ecológica mundial são os japoneses, que para fazer um carro gastam 40% menos energia e matéria-prima que os americanos e os europeus.”



ANTONIO SORZA / AFP

► O comandante da Eco 92, embora ainda muito respeitado, perdeu a força que tinha ao se envolver, em 2005, num escândalo — sem conclusões definitivas — que resultou em sua solicitação de saída da ONU. Strong pediu o chapéu no bojo da denúncia de pagamento de propinas a funcionários das Nações Unidas dentro do programa Petróleo por Alimentos, criado em 1995 para atenuar o impacto das sanções internacionais sobre a população iraquiana.

Strong nega qualquer postura irregular, mas admitiu ter relações com gente que se comportou de modo nada sustentável.

INFLUÊNCIA ENCOLHIDA

Strong fez as pazes com índios, em 1992; em 2005, deixou a ONU



IMAGO STOCK / LATINSTOCK

GENTE

UM TABU A SER ENFRENTADO

Um enorme contingente de pessoas — um problema real e urgente — pode não ser tão devastador se houver uma transição adequada para uma economia que permita o crescimento e ao mesmo tempo poupe o ambiente

JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES

No ano 8000 a.C., quando se encerrava a Idade do Gelo e a agricultura florescia no Crescente Fértil, no Oriente Médio, havia 5 milhões de habitantes no planeta. Numa conta simples, é possível deduzir que cada um deles tinha à sua disposição 30 quilômetros quadrados de terra — o equivalente a quase vinte parques do Ibirapuera paulistano — para caçar, plantar e extrair sem culpa os recursos naturais necessários para a sobrevivência. No próximo dia 20, quando os chefes de governo e de estado chegarem para a Rio+20, a população mundial terá

7,1 bilhões de pessoas. Descontando as áreas aquáticas do globo, sobram a cada um de nós, cidadãos do século XXI, apenas dois quarteirões de área a ser explorada. A rigor, o cálculo é outro — e nada nos sobra, teoricamente. O uso de recursos naturais já excede em 50% a capacidade de reposição da natureza. Em 2030, serão necessárias duas Terras para garantir o atual padrão de vida da humanidade. É o preço a pagar pelo aumento populacional, resultado de uma longa luta da humanidade pela sobrevivência e contra os efeitos danosos da mortalidade precoce, movimento atrelado aos avanços da medicina e do saneamento. De 1800 a 2010, a economia mundial (o produto interno

bruto) aumentou noventa vezes. O impacto da produção e do consumo resultantes do crescimento econômico e populacional na pauperização do ambiente foi avassalador. A despeito desse cenário, a palavra população foi citada apenas duas vezes no chamado Esboço Zero, o rascunho do documento final da Rio+20. O texto, um resumo de 6000 páginas de sugestões de governos, da sociedade civil e de cientistas e acadêmicos, é uma espécie de roteiro sobre o que deve ser discutido no encontro para, depois, ser posto em prática, com o aval dos governantes. A expressão demografia não aparece nenhuma vez nesse compêndio de tamanha relevância. Esqueceram de nós.

É uma lacuna inconcebível e um tabu que precisa ser enfrentado. Existe um debate acirrado entre correntes que jogam todas as culpas das desgraças ambientais na população, numa linha malthusiana, e outras correntes que consideram a população desimportante — uma discussão que, por ser excessivamente polarizada, cansativa até, pode ter afastado o assunto da pauta. No entanto, não se pode esquivar dos íntimos laços entre população, desenvolvimento econômico e degradação ambiental. Para o Brasil, sede da reunião, o tema população é mais decisivo ainda. O país passa por um período especial, único, que só acontece uma vez na história de cada nação. Chama-se

UM LUGARZINHO, POR FAVOR

Moradores da cidade de Suining, na China, disputam espaço para se refrescar em piscina pública em dia de calor intenso: falta lugar até dentro d'água

REUTERS / STRINGER



O que pode acontecer em 2100

A decisão feminina de ter mais ou menos filhos vai determinar a demanda por recursos naturais da Terra. Saiba **quantos planetas serão necessários** para atender a população mundial, no atual ritmo de consumo, em três cenários demográficos diferentes projetados pela ONU

Cenário 1

Fecundidade **BAIXA**
1,6 filho por mulher

População mundial
6 bilhões de habitantes



1,2 Terra



Cenário 2

Fecundidade **MÉDIA**
2,1 filhos por mulher

População mundial
10 bilhões de habitantes





Cenário 3

2 Terras



Fecundidade ALTA
2,5 filhos por mulher

População mundial
16 bilhões de habitantes



3,2 Terras



bônus demográfico, o qual já desfrutaram no passado países que se tornaram ricos e desenvolvidos. Nesse período do bônus, a população adulta e em idade ativa torna-se superior à de crianças e idosos. Em 1965, havia noventa brasileiros dependentes para cada 100 em idade economicamente ativa. Hoje, essa relação caiu pela metade: é de 45 para 100. É uma chance rara para o país acelerar o crescimento econômico e social. O fenômeno está ocorrendo agora no Brasil, mas também se estende a outros países em desenvolvimento, como a China e a Índia.

No caso brasileiro, o tema torna-se mais pertinente por um aspecto crucial: se bem utilizado, o período pode representar para o país uma galinha dos ovos de ouro. Somos, pela primeira vez na história recente, uma nação cuja maior parcela de seus habitantes possui entre 20 e 29 anos de idade. De acordo com um estudo dos professores Cássio Turra e Bernardo Queiroz, da Universidade Federal de Minas Gerais, o Brasil tem um potencial de crescimento de 2,5% ao ano gerado exclusivamente pelo bônus demográfico. Em um cenário otimista, a economia poderia crescer em asiáticos 6,5% ao ano até 2030.

Duas questões se impõem. A primeira é saber se o governo investirá de forma consistente em educação e no aprimoramento da força de trabalho para conseguir acompanhar e suprir as necessidades decorrentes do crescimento econômico. A segunda é como aproveitar essa fase rica de transição demográfica para crescer sem degradar ainda mais o ambiente. A Coreia do Sul é um exemplo de país que conseguiu usufruir o período do bônus de forma eficiente. Primeiro, fez o principal. Investiu pesado em educação, preparando pessoas qualificadas para aproveitar ao máximo essa fase demograficamente saudável. Mais recentemente, o governo aproveitou a mão de obra extremamente qualificada para investir na chamada economia verde, que permite o crescimento sem grandes danos ambientais. E está desenvolvendo projetos ecologicamente corretos nas áreas de conservação de energia, reciclagem, redução da emissão de CO₂, que incrementam o efeito estufa, recuperação das florestas, prevenção de enchentes e revitalização dos principais rios do país.

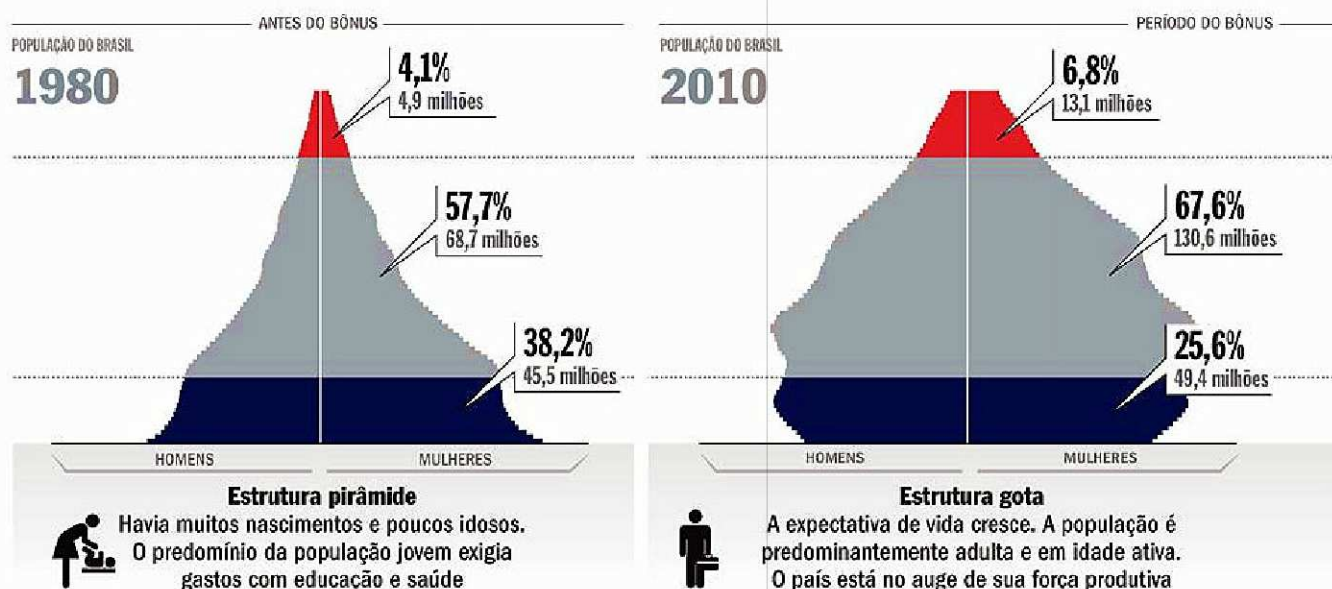
Entre os Brics, a China é o país que melhor tem aproveitado o bônus



demográfico para acelerar a expansão econômica. Embora a população chinesa tenha parado de crescer, o PIB dobra de tamanho a cada oito anos, desde as reformas de Deng Xiaoping. Os chineses souberam aproveitar a mudança na pirâmide etária para tirar

Uma janela de oportunidades

A queda na taxa de natalidade e o aumento da longevidade alteraram a pirâmide etária brasileira. Hoje, a população adulta e em idade ativa é superior à de crianças e idosos. Conhecido como bônus demográfico, esse período é uma chance única para o país acelerar o crescimento





IMAGINE DENTRO DOS TRENS

Passageiros na estação Sé, em São Paulo, uma das mais lotadas do mundo: nas 58 estações da cidade, espremem-se mais de 3 milhões de pessoas a cada dia

Não há dúvida de que o sucesso humano dos últimos dois séculos teve um preço elevadíssimo. A poluição do solo, dos rios, lagos e oceanos, a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento têm erodido o capital natural e reduzido a riqueza da biodiversidade. O mundo precisa de um acordo global para controlar os efeitos danosos do excesso de consumo, mas que, ao mesmo tempo, garanta a transição demográfica. Em países como o Brasil e seus pares emergentes, o crescimento da faixa de população economicamente ativa resulta, naturalmente, em ampliação do consumo e da exploração dos recursos naturais — apenas demonizá-los de nada adiantará. A Rio+20 é uma boa oportunidade de avanços, desde que seja levado em conta o tanto de gente que vive no planeta. ■

José Eustáquio Diniz Alves
é doutor em demografia da Escola Nacional
de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística (IBGE)

milhões de pessoas da situação de pobreza e construir uma base econômica altamente competitiva. Porém, a um custo ambiental sem precedentes. Dois terços dos rios e dos lagos do país estão contaminados. É na China que se encontram dezesseis das vinte

cidades mais poluídas do mundo. Centenas de milhares de chineses morrem por ano em decorrência da água e do ar pútridos do país. As fábricas movidas a carvão criaram vilarejos doentes, nos quais as taxas de tumores malignos são altíssimas.

65 anos ou mais

De 15 a 64 anos

De zero a 14 anos

POPULAÇÃO DO BRASIL

2020

9,2%
19,1 milhões

70,7%
146,4 milhões

20,1%
41,5 milhões

HOMENS

MULHERES

Estrutura gota



A população adulta permanecerá majoritária. Em 2022, o peso dos inativos para a população ativa será o menor da história no país — é o chamado ano dourado

POPULAÇÃO DO BRASIL

2050

22,7%
48,8 milhões

64,1%
138 milhões

13,2%
28,3 milhões

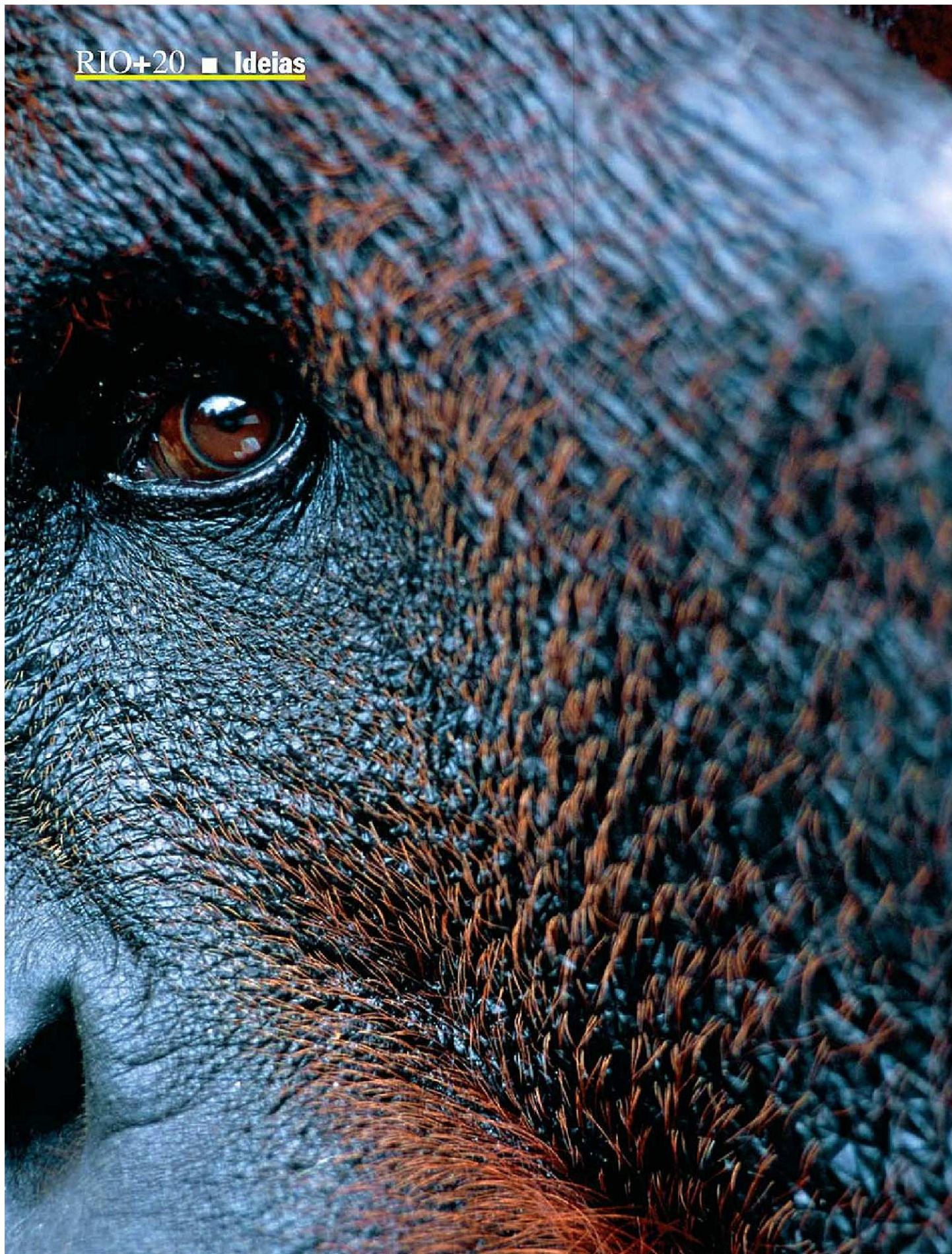
HOMENS

MULHERES

Estrutura pote



O número de jovens diminuirá e a população idosa será mais expressiva, gerando muitos gastos com previdência e saúde



A MARCA HUMANA

Países do mundo inteiro criam áreas de preservação para evitar a extinção de espécies e ecossistemas, mas a simples delimitação de espaços não trará de volta um mundo intocado, sem as intervenções do homem. O problema ambiental só será solucionado por meio da integração entre a natureza selvagem e as paisagens modernas

PETER KAREIVA, ROBERT LALASZ E MICHELLE MARVIER

Segundo os seus próprios critérios, a conservação ambiental está fracassando. A biodiversidade na Terra segue em rápido declínio. Continuamos a perder florestas na África, Ásia e América Latina. Há tão poucos tigres e macacos selvagens que, muito em breve, se as tendências atuais se mantiverem, esses animais estarão extintos. Direto ao ponto: perdemos muito mais lugares e espécies do que salvamos. Ironicamente, a conservação está sendo nocauteada na luta para proteger a natureza a despeito de vencer uma de suas batalhas mais duramente travadas — o embate pela criação de parques e áreas selvagens. Ao mesmo tempo que espécies e lugares selvagens desaparecem em um ritmo crescente, o número de áreas protegidas ao redor do mundo cresce de maneira impressionante. Saltou de menos de 10 000 em 1950 para mais de 100 000 em 2009. No mundo todo, países delimitam áreas onde o desenvolvimento humano é restrito, na tentativa de preservá-las. Os últimos cálculos estimam que 13% da parte terrestre do planeta está protegida, uma porção maior do que toda a América do Sul.

Historicamente, a conservação ambiental se deu no âmbito regional. Os grupos conservacionistas dedicaram-se a salvar lugares específicos, como o Parque Nacional de Yosemite e o Grand Canyon, ambos nos Estados Unidos, ou a manejar sistemas ecológicos muito limitados, como mananciais e bosques. Já as ambições mais recentes beiram o ir-

BEM MAIS FORTE DO QUE SE PENSAVA

Símbolo da ameaça ambiental na Indonésia, o orangotango conseguiu sobreviver longe das florestas virgens, em plantações e áreas degradadas

real. Por exemplo: interromper o desmatamento da Amazônia, uma área quase do tamanho do território continental dos Estados Unidos, é possível? É ao menos necessário? É impossível impedir qualquer atividade econômica que precise desmatar pontualmente certas áreas da floresta. Cercar o Vale do Yosemite não é o mesmo que tentar cercar a Amazônia. Assim como os Estados Unidos foram pontilhados de barragens, tiveram sua madeira explorada e foram recortados por estradas, é provável que boa parte da Amazônia também o seja.

O conservacionismo não pode prometer um retorno a paisagens intocadas, pré-humanas. A humanidade já transformou profundamente o planeta e continuará a fazer isso. O que o conservacionismo pode almejar, em vez disso, é uma nova visão do planeta. Um planeta em que a natureza — florestas, manguezais, espécies diversas e outros ecossistemas antigos — coexista em meio à ampla variedade de paisagens modernas e humanas. Para que isso aconteça, os conservacionistas terão de dispensar suas concepções românticas de natureza, parques e áreas selvagens, ideias que nunca foram apoiadas pela boa ciência da conservação, e forjar uma visão mais otimista para o ser humano.

No início do século XIX, muitos pensadores americanos argumentaram que a maior utilidade da natureza é ser uma fonte de renovação espiritual solitária, um refúgio da vida moderna, um lugar para desfrutar a solidão e interagir com Deus. “Para sentir a solidão, um homem precisa se afastar tanto de seu quarto quanto da sociedade”, escreveu o ensaísta e poeta Ralph Waldo Emerson em “Natureza”. No ensaio de Emerson, as cidades e o desenvolvimento humano eram retratados como ameaças a esses idílios que permitiam a transcendência — apesar de serem os escritores, em sua maioria, intelectuais urbanos. O romancista Nathaniel Hawthorne reclamou amargamente de escutar, de sua casa de campo, o apito do trem, mas dependia desse transporte moderno para ir e vir de seu éden particular. Henry David Thoreau ficou famoso por elogiar sua própria autossuficiência, vivendo em uma pequena cabana afastada em harmonia com o mundo natural. Na verdade, Thoreau morava perto o bastante da cidade para receber convidados frequentes e até fazer com que sua mãe lavasse as suas roupas.

Sob a invocação do valor espiritual e transcendental da natureza intocada, existe um argumento em defesa do uso das paisagens para certos fins e não para outros. Trilhas para caminhada, em vez de

estradas; estações científicas, em vez de madeiras; hotéis para ecoturistas, em vez de lares. Ao removermos comunidades instaladas há muito tempo e as substituímos por hotéis, extirpamos espécies indesejadas e estimulamos a permanência de outras mais desejáveis, perfuramos poços para regar a floresta e impomos o manejo de fogo que combina controle e incêndios planejados, criamos parques que não são muito diferentes da Disneylândia.

A conservação é amplamente vista como a prática inocente de comprar lugares tidos como especiais e ameaçados pelo desenvolvimento humano. Nas últimas três décadas, porém, o movimento conservacionista revelou-se bem controverso, principalmente por expulsar populações indígenas de suas terras a fim de criar mais parques e reservas. A proteção moderna de supostas áreas selvagens acarreta, com frequência, a realocação de um grande número de pessoas. Na maioria dos casos, sem que haja uma compensação justa pelas casas, áreas de caça e terras agrícolas perdidas.

Em 2009, o jornalista Mark Dowie, hoje professor de jornalismo na Universidade da Califórnia, em Berkeley, publicou um artigo intitulado "Os refugiados da conservação". Escreveu Dowie: "Cerca de metade das terras escolhidas para proteção pela elite conservacionista no último século era ocupada ou usada regularmente por povos indígenas. Nas Américas, esse número passa de 80%". A estimativa varia de 5 milhões a dezenas de milhões de pessoas realocadas no século passado em prol da conservação. Um outro estudo, da Universidade Cornell, revelou que 14 milhões de indivíduos foram desalojados em nome da conservação só na África nesse período.

No início dos anos 90, grupos indígenas denunciaram tais expulsões em fóruns mundiais, como a Cúpula da Terra das Nações Unidas, durante a Eco 92, no Rio. Em resposta, os grupos conservacionistas prometeram respeitar e trabalhar em conjunto com as comunidades que viviam nas áreas protegidas ou em seus arredores. Nos cinco anos que se seguiram à Eco 92, as organizações realmente trabalharam com organizações locais, incluindo os povos indígenas, no desenvolvimento sustentável e na chamada "conservação baseada na comunidade". Lindas fotos de povos indígenas começaram a ornamentar os elegantes relatórios anuais e as brochuras para levantamento de recursos dos grupos conservacionistas. Apesar disso, em 2004, os conflitos aumentaram. No Fórum Internacional de Mapeamento Indígena, no mesmo ano, os 200 representantes dos índios apresentaram uma declaração assinada por todos com os seguintes dizeres: "As atividades de organizações conservacionistas representam, agora, a maior ameaça à integridade das terras indígenas".

"As ambições do conservacionismo beiram o irreal. Interromper o desmatamento na Amazônia, cuja área é um pouco menor do que o território continental dos Estados Unidos, é possível? Cercar o Vale do Yosemite não é o mesmo que cercar a Amazônia"

Em muitos lugares do mundo, os parques se tornaram uma maldição para o conservacionismo. Tome-se como exemplo a iniciativa, em 1982, de criar um parque nacional em Mburo, Uganda. Em nome da preservação da vida selvagem, o governo expulsou de forma violenta milhares de homens, mulheres e crianças das regiões do entorno, sem indenização. A expulsão mostrou-se autodestrutiva. Em 1986, um novo governo encorajou esses refugiados da conservação a voltar para seus lares. Rapidamente, eles trucidaram a vida selvagem. Em retaliação, também destruíram as instalações do parque ali alojado.

Na Indonésia, todas as principais ONGs conservacionistas tentaram, de forma contundente, deter a onda de desmatamento e o declínio de espécies emblemáticas, como o orangotango. O aumento do número de áreas protegidas foi resultado dessas ações. No entanto, ao visitar o país, é difícil perceber qual área é protegida ou não, pois em muitas delas há uma intensa exploração de madeira. Análises quantitativas de taxas de desmatamento, baseadas em imagens de satélite, revelaram que a perda de florestas é muito maior dentro das áreas sob proteção da Indonésia do que nas florestas do país manejadas por comunidades locais para exploração sustentável de madeira.

Organizações conservacionistas respondem a esses exemplos argumentando que o deslocamento de pessoas é coisa do passado. Elas ressaltam ter aprendido com os antigos erros. Hoje, a maioria das ONGs conservacionistas tem políticas de melhores práticas direcionadas a proteger os direitos das comunidades locais. Essas ONGs estão também, cada vez mais, empregando cientistas sociais e antropólogos para incorporar os povos indígenas em suas estratégias de conservação.

Mas o conservacionismo permanecerá controverso enquanto continuar tão estreitamente focado na criação de parques e áreas protegidas e afirmar, frequentemente, de modo injusto, que as populações locais não são capazes de tomar conta de suas terras. Em seu livro *Colapso*, de 2005, o geógrafo Jared Diamond escreveu que os habitantes da Ilha de Páscoa retornaram ao canibalismo depois de cortar as últimas árvores do local — uma parábola do uso míope dos recursos naturais pela humanidade. Mas Diamond entendeu mal a história. Foi o efeito combinado de uma espécie não nativa (o rato polinésio, que come sementes de árvores) e de ataques de europeus em busca de escravos que destruiu o povo da Ilha de Páscoa, não o manejo equivocado da natureza.

Quando o conservacionismo se transformou em um empreendimento global, nas décadas de 70 e 80, a justificativa do movimento para salvar a natureza mudou. Valores espirituais e estéticos fo-



MASSIMO VITALI / BONNI BENRUBI GALLERY, NYC/ARTE 57

ram substituídos pela biodiversidade. A natureza foi descrita como primeva, frágil e sob risco por causa de muito abuso por parte da humanidade. Sem dúvida, há consequências da utilização da natureza para a mineração, a exploração de madeira, a agricultura intensiva e o desenvolvimento urbano, provocando o desaparecimento de espécies-chave ou de ecossistemas. Ecologistas e conservacionistas, no entanto, exageraram em suas considerações sobre a fragilidade da natureza ao argumentar, com frequência, que o desaparecimento de uma única espécie pode causar o colapso de um ecossistema inteiro. Também há exagero na ideia de que a perda de parte da biodiversidade pode provocar a destruição da Terra. Da expansão da agricultura em regiões de floresta úmida à alteração de cursos d'água, tudo foi pintado como uma ameaça ao delicado funcionamento interno do ecossistema planetário.

O tema da fragilidade data da década de 60, quando a bióloga americana Rachel Carson descreveu, de forma lamurirosa, no livro *Primavera Silenciosa*, a delicada teia da vida. Na obra, ela alertava sobre como a perturbação do intrincado equilíbrio da natureza poderia resultar em consequências desastrosas. O ex-vice-presidente americano Al Gore defendeu posição semelhante em 1992, no livro *Terra em Equilíbrio*. Em 2005, a Avaliação dos Ecossistemas do Milênio advertiu que, embora a expansão da agricultura e outras formas de desenvolvimento tivessem sido extremamente positivas para os pobres do mundo, a degradação dos ecossistemas estava, ao mesmo tempo, criando riscos de colapso ambiental.

NATUREZA RESILIENTE

Na praia italiana de Rosignano Solvay, na Toscana, a areia alvíssima é resultante, ainda que soe paradoxal, dos resíduos de mercúrio ali despejados por uma indústria química ao longo de mais de três décadas. Em muitas regiões do planeta, a natureza revelou-se resistente e capaz de se recuperar até dos impactos mais nefastos causados pela atividade humana

escurciam o céu, foi extinto, junto com incontáveis outras espécies, da vaca-marinha de Steller ao dodô, sem consequências catastróficas nem mesmo efeitos mensuráveis.

Essas histórias de resistência não são exemplos isolados. Uma revisão abrangente da literatura científica identificou 240 estudos de ecossistemas depois de sofrerem distúrbios como desmatamento, mineração, vazamento de petróleo e outros tipos de poluentes. Em 72% dos casos acompanhados, verificou-se a recuperação abundante de espécies de plantas e animais, assim como outros indicadores de um ecossistema saudável.

A cobertura florestal da Terra continua a diminuir em diversas regiões do planeta. No entanto, foi registrado um aumento no Hemisfério Norte, onde houve recuperação de ecossistemas em terras usadas para agricultura no passado. É provável que aconteça algo semelhante no Hemisfério Sul quando países pobres atingirem um nível semelhante de desenvolvimento econômico. Um relatório de 2010 concluiu que as florestas úmidas que cresceram de novo em terra agrícola abandonada têm de 40% a 70% das espécies das florestas originais. Até os orangotangos da Indonésia, que se acreditava serem capazes de sobreviver apenas em florestas virgens, foram encontrados em plantações de palmeiras e em terras degradadas.

A natureza é tão resistente que pode se recuperar rapidamente inclusive dos impactos humanos mais nefastos. Em torno da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, que explodiu em 1986, a vida selvagem floresce, mesmo com altos índices de radiação. No Atol de Bikini, local de diversos

testes de bombas nucleares, o número de espécies de coral é maior hoje do que antes das explosões. O petróleo que se espalhou no Golfo do México com o desastre na plataforma Deepwater Horizon, há dois anos, foi decomposto e consumido por bactérias em um ritmo notavelmente rápido.

Hoje, coiotes vasculham o centro de Chicago e falcões-peregrinos espantam moradores de São Francisco quando mergulham pelos cânions de arranha-céus a fim de capturar pombos para sua próxima refeição. No sudoeste dos Estados Unidos, uma salamandra rara, que consta de uma lista federal, aparece com frequência em tanques para o gado — até hoje ela não foi encontrada em nenhum outro habitat. Livros foram escritos sobre o colapso do bacalhau em Georges Bank. Dados recentes de pesca, porém, revelam que o peso corpóreo do peixe voltou aos níveis anteriores ao colapso. É duvidoso que alguém escreva um livro sobre a recuperação do bacalhau. Não pega bem diante de um público viciado em histórias de apocalipse ambiental.

Mesmo a espécie que é o símbolo clássico da fragilidade ambiental — o urso-polar ilhado em um bloco de gelo que derrete — tem uma boa chance de sobreviver ao aquecimento global. Isso pode acontecer se as mudanças ambientais continuarem a aumentar as populações de foca-do-porto e de foca-harpa. Os ursos-polares evoluíram de ursos marrons há 200 000 anos, durante um dos períodos de esfriamento da Terra. Transformaram-se em carnívoros altamente especializados, cuja dieta é baseada em focas. O destino do urso-polar depende de duas tendências opostas — do declínio do gelo no mar e do aumento exponencial da presa rica em energia para sua sobrevivência. A vida na Terra é uma história de espécies que evoluem durante a adaptação a novos ambientes.

O ideal da natureza pressupõe que haja partes do mundo ainda intocadas pelo homem, mas hoje é impossível encontrar no planeta um lugar que não tenha sido marcado pela atividade humana. Há séculos os homens promovem impactos no ambiente natural. A natureza selvagem, tão louvada pelos conservacionistas, os tais lugares intocados pelo homem, nunca existiu. Pelo menos não nos últimos 1 000 anos — e possivelmente muito antes disso.

Os efeitos da atividade humana encontram-se em cada canto da Terra. Peixes e baleias em locais remotos do Ártico estão contaminados por pesticidas químicos. Os ciclos do nitrogênio e da água são, hoje, controlados pelas pessoas — a atividade humana produz 60% do nitrogênio depositado na terra a cada ano. A humanidade se apropria de mais da metade do fluxo anual de água doce acessível. Há mais tigres em cativeiro do que em seu habitat. Cálculos estimam que, em 2050, a extração de madeira de florestas na-

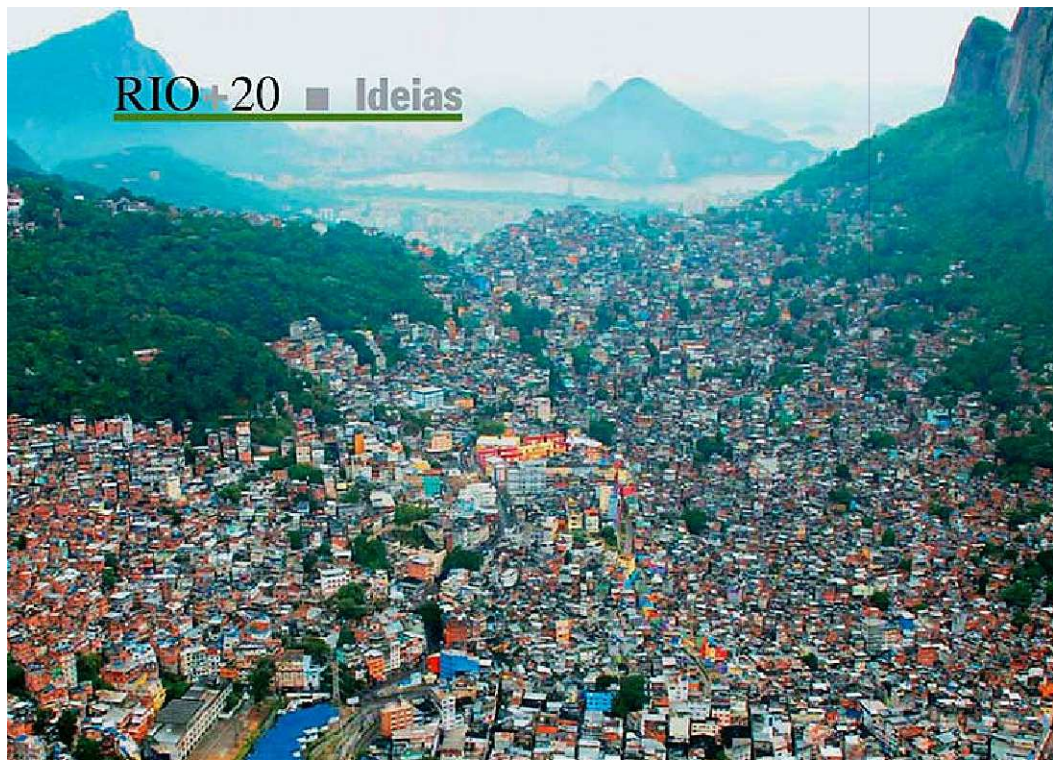
“Os esforços para conter avanços econômicos e proteger florestas são injustos, se não antiéticos, quando se voltam aos 2,5 bilhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia e ao bilhão que sofre com a fome crônica”

turais entrará em declínio. Três quartos de toda a madeira utilizada no mundo serão provenientes de fazendas de reflorestamento manejadas de forma intensiva. Erosão, clima e deslizamentos de terra eram os principais fatores na movimentação de rochas e solo. Hoje, a construção de estradas e projetos grandiosos de engenharia tornaram os seres humanos rivais desses processos geológicos. Em todo o mundo, a mistura entre alterações climáticas e espécies não nativas possibilitou uma série de novos ecossistemas catalisados pela atividade humana.

Para enfatizarem que entramos em uma nova era geológica, na qual os seres humanos dominam todos os fluxos e ciclos da ecologia e da geoquímica do planeta, os cientistas cunharam um nome para a etapa atual: antropoceno. A maioria dos habitantes do planeta, não importa de qual cultura, enxerga com bons olhos as oportunidades decorrentes do desenvolvimento de uma vida melhor do que a desgastante miséria rural. Por outro lado, a escala global dessas transformações reforçou a nostalgia dos conservacionistas e a busca por um meio ambiente selvagem e por um passado de natureza intocada. Mas o persistente foco do conservacionismo em preservar ilhas de ecossistemas do holoceno na era do antropoceno é tanto anacrônico quanto contraproducente.

Avalie-se o declínio da população de orangotangos, atribuído à exploração intensiva de madeira de seu habitat florestal. Estudos de campo recentes sugerem que os homens matam os orangotangos para comer e vender a um ritmo muito mais severo do que se suspeitava. É essa prática, não o desmatamento, o maior perigo para os orangotangos. Para salvarem essa espécie, os conservacionistas terão de enfrentar o problema da fome e da falta de renda na Indonésia. Ou seja, eles terão de aderir ao desenvolvimento humano e à exploração da natureza para atividades como agricultura ao mesmo tempo em que tentam preservar a natureza dentro dos parques.

Os binômios do conservacionismo — crescimento ou natureza, prosperidade ou biodiversidade — marginalizaram o movimento em um planeta que, em breve, terá pelo menos 2 bilhões de habitantes a mais. No mundo em desenvolvimento, os esforços para conter os avanços econômicos e proteger florestas são injustos, se não antiéticos, quando se voltam aos 2,5 bilhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia e ao bilhão que sofre com a fome crônica. Ao colocarem pessoas contra a natureza, os conservacionistas promovem uma atmosfera em que as sociedades enxergam o meio ambiente como um inimigo. Se as pessoas não acreditarem que a conservação é do interesse delas, isso nunca será uma prioridade nas sociedades atuais. O conservacionismo preci-



GENILSON ARAÚJO / PARQUEIRO / AG. O GLOBO

sa demonstrar como o destino da natureza e o das pessoas estão profundamente interligados — e, então, oferecer novas estratégias para promover a saúde e a prosperidade de ambos.

Não é preciso ser pós-modernista para entender que o conceito de natureza, em oposição ao funcionamento físico e químico dos sistemas naturais, sempre foi uma construção humana, formada e concebida para fins humanos. A ideia de que a natureza “sem gente” é mais valiosa do que a natureza “com gente”, assim como o retrato da natureza como frágil ou feminina, não reflete verdades atemporais, mas esquemas mentais que se modificam para se adequar aos tempos.

Se não existe uma natureza selvagem, se a natureza é resistente, mais do que frágil, e se as pessoas são, na verdade, parte da natureza, e não os pecadores originais que causaram nossa expulsão do Éden, qual deveria ser a nova visão do conservacionismo? Começaria por apreciar a força e a resistência da natureza e ao mesmo tempo reconhecer as muitas maneiras pelas quais dependemos dela. O conservacionismo deveria procurar apoiar e divulgar o tipo certo de desenvolvimento — um desenvolvimento projetado, ancorado em modalidades de tecnologia para aumentar a saúde e o bem-estar tanto da natureza humana quanto da natureza não humana. Em vez de execrarem o capitalismo, os conservacionistas deveriam ser parceiros das empresas num esforço baseado em ciência para integrar o valor dos benefícios da natureza em sua operação e em sua cultura. Em vez de almejar a defesa da biodiversidade pela biodiversidade, um novo conservacionismo deveria buscar melhorar os sistemas naturais que beneficiem o maior número de pessoas, especialmente

FAVELIZAÇÃO DA FLORESTA

A Rocinha, a maior favela do Brasil, no coração do Rio, avança sobre a Floresta da Tijuca: a terceira maior área verde urbana do país está ameaçada pela ocupação desordenada de suas encostas e pelo ritmo frenético da devastação promovida por seus habitantes. Há solução?

Diminuir a pobreza

dessa postura o ponto fulcral do conservacionismo do século XXI. O problema está na nossa relutância, e na relutância de muitos dos ricos apoiadores do conservacionismo, em abrir mão de velhos paradigmas.

O conservacionismo precisa abarcar grupos marginalizados e demonizados, além de adotar como prioridade algo que se tornou um tabu nos últimos 100 anos: o desenvolvimento econômico para todos. O conservacionismo que conseguiremos aderindo ao desenvolvimento e à melhora do bem-estar humano quase com certeza não será o conservacionismo que foi imaginado em seus primórdios. Mas será muito mais eficaz e terá um apoio muito mais amplo em conselhos de administração de empresas e câmaras políticas, assim como em torno das mesas de cozinha.

Nada disso visa a defender a eliminação de reservas naturais ou a interrupção dos investimentos na manutenção dessas áreas. Mas temos de admitir que um conservacionismo concentrado em erguer cercas e delimitar lugares distantes, que só alguns poucos podem realmente aproveitar, é uma proposta inviável. Proteger a biodiversidade pela biodiversidade não funcionou. Proteger uma natureza dinâmica e resiliente, situada no meio de nós, não distante, que serve de sustento para as comunidades, é o caminho para avançar. De outro modo, o conservacionismo fracassará, agarrado a seus velhos mitos. ■

Peter Kareiva, conhecido como “o ambientalista inconveniente”, é cientista-chefe e vice-presidente da The Nature Conservancy e membro da Academia Nacional de Ciências; Robert Lalasz é diretor de divulgação científica da The Nature Conservancy; Michelle Marvier é chefe do Departamento de Estudos e Ciências Ambientais da Universidade Santa Clara

O IMPERADOR VISIONÁRIO

Os participantes da conferência carioca deveriam se inspirar em dom Pedro II. Ao recuperar a Floresta da Tijuca no século XIX, ele se tornou um dos pioneiros do desenvolvimento sustentável

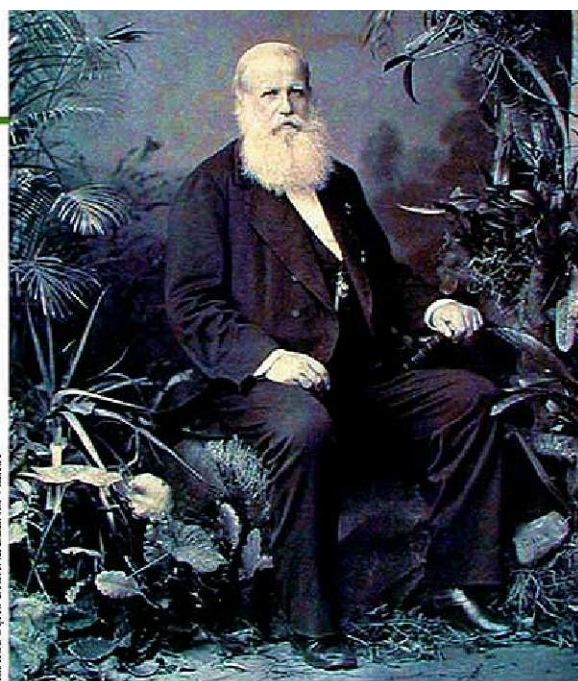
THOMAS LOVEJOY

Vinte anos depois da Eco 92, os representantes de 170 nações vão se encontrar à sombra da Tijuca, uma das maiores áreas verdes urbanas do mundo. O simbolismo é muito forte. Em meados do século XIX, o imperador dom Pedro II reconheceu a importância do que chamamos hoje de serviços de ecossistema, as funções ambientais úteis aos seres humanos e que tanto necessitam de cuidados. O imperador não precisou de ciência sofisticada ou de análises econômicas para chegar a tal conclusão. Foi o seu senso prático que o levou a perceber como o reflorestamento da área, encravada no coração da cidade, era essencial para recuperar a atividade da frágil bacia hidrográfica do Rio de Janeiro. O Brasil foi um dos pioneiros do desenvolvimento sustentável, muito antes de o termo ser cunhado pela ex-primeira-ministra da Noruega Gro Brundtland, em 1987.

A Eco 92 resultou em enormes avanços na abordagem das questões ambientais. Duas convenções internacionais foram criadas: uma relacionada à mudança climática e outra, à diversidade biológica. A Agenda 21, desenhada nos encontros cariocas, elaborou uma série de posturas concretas para o desenvolvimento sustentável como fora definido pela Comissão Brundtland, em 1987, da qual participou o brasileiro Paulo Nogueira Neto, secretário especial do Meio Ambiente entre 1973 e 1985, nas presidências de Ernesto Geisel e João Figueiredo. Foram listadas, então, áreas prioritárias — oceanos, atmosfera, energia, água e financiamento — para que países e empresas buscassem melhorias ambientais.

Cinco anos depois da Eco 92, quando uma reunião relativamente informal, a Rio+5, foi realizada, mais uma vez à sombra da Tijuca, os governos ainda trabalhavam para implementar as convenções e a agenda de desenvolvimento sustentável em seus três pilares — o social, o eco-

REPRODUÇÃO DIGITAL DE LUIZ VIEIRA



À FRENTE DE SEU TEMPO Dom Pedro II começou a ter preocupações ambientais 100 anos antes de o assunto entrar na pauta política

nômico e o ambiental. Na ocasião da Rio+10, em Johannesburgo, o aspecto ambiental foi praticamente ignorado. A meta de aumentar o desenvolvimento como forma de estímulo à sustentabilidade tinha evaporado.

Agora, uma década depois, emerge uma repetição perturbadora. As autoridades brasileiras advertem, novamente, que a reunião é sobre o desenvolvimento, não sobre o ambiente. É uma postura delicada. Dessa forma, ignora-se a observação, citada com frequência, de que a economia é a subsidiária integral da natureza. É como voltar as costas para a própria definição de desenvolvimento sustentável. Se bem analisada, a questão principal recai sobre a qualidade de vida humana, gravemente ameaçada, e sobre o desenvolvimento verdadeiramente sustentável em escala, a única solução possível para o problema. Não é algo que a humanidade pode se dar ao luxo de passar algum tempo analisando: o desafio acontece aqui e agora e exige nossa máxima atenção e empenho.

A agenda Rio+20, em si, à margem da postura do Brasil, parece mais encorajadora. Trata do desenvolvimento sustentável em sua abertura, inclui metas energéticas cruciais (Energia Sustentável para Todos) e se debruça sobre as economias verdes, levando em conta valores ambientais para a tomada de decisões econômicas. Essa agenda lida com as chamadas questões de governança global. E com um bom motivo. Nenhum país atingiu as metas estabelecidas pela convenção de biodiversidade na reunião em Nagoia, em 2010. A agenda da convenção de mudança climática tem sido encolhida por um jogo míope de dança das cadeiras entre os Estados Unidos, a Índia e a China. Basicamente, o de-

bate é sobre quem vai reagir primeiro e reduzir suas emissões de carbono, atitude que parece zombar da própria definição de liderança. Potencialmente promissora é a ideia de Metas de Desenvolvimento Sustentável. Similar às Metas de Desenvolvimento do Milênio, elas poderiam — ao contrário das primeiras — conter elementos ambientais fortes.

Conforme as negociações prosseguem, qualquer análise perspicaz mostrará que, apesar das conquistas reais, a humanidade não foi capaz de resolver os grandes problemas ambientais na escala necessária.

As negociações sobre o clima estipulam a interrupção do aumento da temperatura global em 2 graus. Para que haja essa interrupção, as emissões globais de gases do efeito estufa devem atingir o pico em 2016 — e, a partir de então, não mais crescer. Há provas abundantes de que 2 graus significam muita coisa. Tal elevação seria desastrosa para os ecossistemas e eliminaria os recifes de corais tropicais. Da última vez em que o mundo esteve 2 graus mais quente, os oceanos subiram entre 4 e 6 metros. Hoje esse aumento na temperatura inundaria a maior parte do Rio. O que mais precisamos saber para soar o alarme?

Além da mudança climática, duas outras fronteiras planetárias foram ultrapassadas. Uma é a importância do uso do nitrogênio, principalmente, mas não exclusivamente, na agricultura. Os níveis atuais de nitrogênio biologicamente ativo são o dobro do normal, o que causa prejuízos enormes. O principal deles é o aumento das zonas costeiras mortas, que, desprovidas de oxigênio e peixes, têm dobrado de tamanho a cada dez anos ao longo das últimas quatro décadas.

A fronteira mais agressivamente ultrapassada é a da biodiversidade. Não é surpresa, pois todos os problemas ambientais afetam os sistemas vivos. Hoje, algumas taxas de desaparecimento de espécies crescem de maneira vertiginosa, o que acarreta consequências profundas para a humanidade. Os recursos biológicos são vitais para nós como seres vivos por causa de suas múltiplas funções, saudáveis, executadas pelos ecossistemas (como o da Floresta da Tijuca). Mais do que isso, a diversidade de espécies constitui uma riqueza de possibilidades biológicas testadas pela evolução. Essa variedade tem o potencial de transformar seguidamente a agricultura e a medicina, algo crucial no momento em que mais 2 bilhões de pessoas se juntarem aos 7 bilhões de habitantes do planeta. Soluções e oportunidades essenciais podem ser encontradas na diversidade biológica, desde que consigamos cuidar dela de forma adequada. Índices de extinção ascendentes equivalem à queima de livros em escala global.

Evidentemente, o tempo está se esgotando para que consigamos evitar deixar como herança pa-

“A diversidade de espécies constitui uma riqueza de possibilidades biológicas testadas pela evolução. Essa variedade tem o potencial de transformar a agricultura e a medicina, desde que seja possível cuidar dela de forma adequada. Taxas de extinção ascendentes equivalem à queima de livros em escala global”

ra as próximas gerações um planeta degradado. Não se trata apenas de olhar para o futuro longínquo. Muitas pessoas nascidas nesta década estarão vivas até o fim do século para vivenciar as consequências do sucesso ou do fracasso dos nossos esforços. Quanto mais esperarmos, mais duras e menos numerosas serão as escolhas.

Os protagonistas de hoje são diferentes daqueles de vinte anos atrás. A liderança dos Estados Unidos na questão ambiental foi anulada pela falta de propósito nacional, de interesse e pelas disputas partidárias que parecem ignorar a relevância da preservação e de uma economia de baixo consumo de carbono. A Europa está limitada pela grave crise que se abateu sobre a zona do euro. A China, a Índia e muitos outros países continuam queimando combustíveis fósseis como se não houvesse amanhã. Alguns líderes de países ricos não participarão da Rio+20, indicação chocante do desrespeito à urgência da agenda, o que pode prejudicar tanto pobres quanto ricos.

O Brasil, nesse jogo, tem uma posição especial, com sua economia grande e vibrante, um setor de energia de baixo carbono e uma posição de credibilidade junto às velhas potências industriais e ao Grupo dos 77, que reúne 132 nações em desenvolvimento. O país também é provido de capacidade técnica e científica vigorosas, além de ter um povo capaz de compreender a importância da preservação ambiental — ainda que esteja na infância dessa compreensão. Nas palavras do embaixador Rubens Ricupero, ser a “potência ambiental” é o destino do Brasil.

Seria extraordinário ter o país nessa condição de liderança, relevante e decisivo em um planeta ainda riquíssimo, porém fragilizado. Quatro bilhões de anos de evolução produziram uma diversidade impressionante de plantas, animais e organismos lindos, intrincados e fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Não devemos virar nossas costas para ele, mas sim celebrá-lo e protegê-lo com toda a inventividade que possuímos. Devemos empreender de forma consciente a administração do planeta como o sistema integrado físico e biológico que é. Isso significa administrar a nós mesmos, controlar nossos impulsos de consumo e exploração da natureza, reconhecendo a poderosa mensagem da Tijuca reforestada por dom Pedro II.

Enquanto isso, de maneira preocupante, concentrações de dióxido de carbono de 400 ppm (partes por milhão) são registradas no Ártico, algo nunca visto em 800 000 anos. São as contradições que precisam ser enfrentadas durante a Rio+20. ■

Doutor pela Universidade Yale, nos Estados Unidos, Lovejoy estuda a biodiversidade da Amazônia e do Brasil desde 1965. Atualmente ocupa a cátedra de biodiversidade do Centro Heinz para Ciências, Economia e Meio Ambiente

“MINHA ARMA É O COMPUTADOR”

Mais conhecido no exterior que no Brasil, o cacique Almir Suruí prova que a cultura indígena e a modernidade são compatíveis

TÂNIA NOGUEIRA, DE RONDÔNIA

Entre seus conterrâneos, Almir Narayamoga Suruí é respeitado como caçador habilidoso. No entanto, o líder máximo dos suruí-paíteres, que até os 12 anos viveu na floresta, com raríssimos contatos com o homem urbano, e não falava português, diz ter pendurado o arco e flecha. “Hoje minha arma é o computador”, afirma o cacique, ou *labway esage*, no idioma tupi-mondé. “Sou fã de tecnologia. Sei o poder que ela tem.” Aos 37 anos, com um curso universitário inacabado de biologia aplicada e outro em andamento de gestão ambiental, Almir é um veterano das modernas ferramentas da comunicação. Em 2007, chamou a atenção do mundo ao buscar, e fechar, uma parceria com o Google para monitorar o desmatamento na Terra Indígena Sete de Setembro, na fronteira entre Rondônia e Mato Grosso. Hoje ele passa mais tempo na cidade de Riozinho, distrito de Cacoal, em Rondônia, do que na aldeia. Quase todo mês viaja de duas a três vezes ao exterior para dar palestras. Virou uma estrela cobiçada, não é o índio folclórico atrelado à imagem para exportação que se faz de um índio. “Meu cachê ainda é menor do que o de ex-presidentes da República”, responde à pergunta sobre suas finanças pessoais, demonstrando que domina também a ironia.

TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO

Área: 248 000 hectares, o equivalente a pouco mais do que a área urbana da Grande São Paulo

População: 1 350 indivíduos

Quem são: suruí-paíteres (suruí é o nome que lhes atribuíram os não índios; paíteres é como eles sempre se chamaram)

Língua: tupi-mondé





RÁPIDO NO GATILHO

Almir Suruí carrega seu notebook para cima e para baixo.

Munido de uma apresentação de slides, busca parcerias de empresas privadas, fundações e ONGs para os projetos do plano de desenvolvimento de seu povo

Verdinhas em troca do verde

Como funciona o Redd — o mecanismo financeiro que recompensa quem mantém a floresta em pé

1 O que é o Redd?

É a sigla para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal. É um recurso financeiro criado para remunerar as iniciativas que baixem as emissões de carbono, evitando ou reduzindo a derrubada e a queima das florestas, como ocorre com o projeto dos índios suruí.

2 Que tipo de área pode ter um projeto como esse?

As grandes extensões de florestas que sofrem pressão econômica por desmatamento. Com 248.000 hectares de terras entre Rondônia e Mato Grosso, a Terra Indígena Sete de Setembro, dos suruí, é uma das poucas manchas de floresta ininterrupta que restaram na região — seu desenho ainda pode ser visto por satélite

3 O que é necessário para certificar um projeto dentro desse mecanismo?

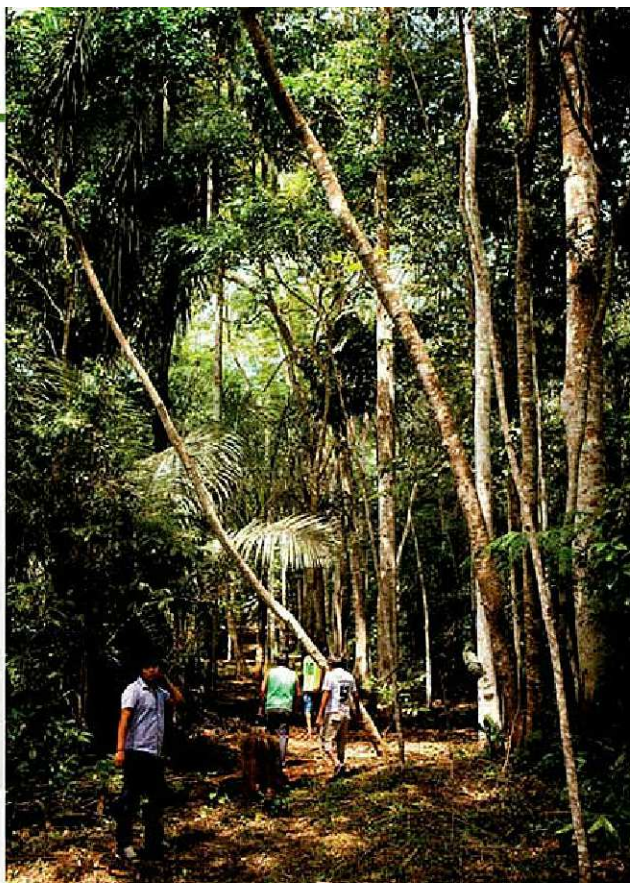
Convencer os certificadores de que o projeto será eficaz na redução do desmatamento

4 Por que reduzir as emissões?

Acredita-se que as emissões de carbono de indústrias, termelétricas, carros e desmatamentos, entre outras fontes, são responsáveis pelo aquecimento global — e, mesmo que não sejam, o ar poluído faz mal à saúde

5 Como calcular o prêmio pelo não desmatamento?

As florestas estocam carbono, que é liberado na atmosfera quando elas são derrubadas. Por convenção, 1 tonelada não emitida de dióxido de carbono (CO₂) corresponde a um crédito de carbono. Cada crédito recebe um número de série e transforma-se em um título negociável no mercado voluntário de carbono. Esses créditos são vendidos a empresas que os usam para fazer marketing ou cumprir legislações locais.



Almir será um dos destaques da Rio+20. Dará oito palestras (uma em conjunto com a equipe do Google) e participará de cinco mesas de debate. Por que há tanta gente interessada em ouvi-lo? Não é devido apenas ao agradável ar bonachão e ao curioso português levemente titubeante. Almir propõe um caminho inédito para os indígenas e outros grupos tradicionais das florestas do Brasil e do mundo. Um caminho que não admite o paternalismo e a paralisante tutela do estado. Apesar de até 1969 terem vivido isolados dos não índios, sem roupas nem palavras escritas, os suruí estão apresentando um plano de desenvolvimento sustent-

tável de cinquenta anos perfeitamente adaptado à lógica econômica de um capitalismo responsável, a tal economia verde de que tanto se fala. “Nossa cultura vai mudar de qualquer jeito”, diz Almir. “Não há como nos isolar do mundo, por isso decidimos escolher para onde queremos ir.” A condição: a integração com o mundo plugado nos avanços e ubiquidade da internet, ressalva Almir, não significa abrir mão de viver na terra de seus pais e avós. Os suruí fizeram a opção clara por viver na floresta e da floresta — e atrelaram essa decisão a outra inovação. Um dos pontos centrais do projeto é a venda de créditos de carbono por meio de um mecanismo de recompensa financeira pelo não desflorestamento conhecido como Redd (veja o quadro ao lado).

“O Brasil precisa de uma solução econômica que garanta a manutenção da mata”, diz Paulo Moutinho, diretor do Ipam, reputado instituto de pesquisas amazônicas. “Manejo e extrativismo são soluções locais, de pequena escala. O Redd traz valor para a floresta em grandes dimensões.” Até hoje, o governo brasileiro liberou apenas uma iniciativa de Redd, o Projeto Juma, elaborado por uma fundação local na região do município de Novo Aripuanã,



na margem da BR-319. A iniciativa da turma de Almir deve se tornar, muito em breve, a segunda a ser autenticada — daí sua relevância internacional.

Lidar com créditos de carbono, por ser algo novo, é passo ainda ruidoso e repleto de armadilhas — depende, para começo de conversa, de sinal verde da mão sempre pesada do estado. Em março, foi descoberta a operação, até então discreta, de uma empresa irlandesa, a Celestial

Green, que comprou por 120 milhões de dólares o direito de exploração por trinta anos dos créditos de carbono do povo mundurucu, no Pará. Detalhe: os índios ficariam impedidos de caçar, pescar ou fazer uma pequena roça em suas terras. A Funai rapidamente declarou a ilegalidade da iniciativa. “O contrato foi assinado por umas poucas lideranças, sem consulta ao povo”, diz Jairo Mundurucu, atual diretor da Associação Pussuru, entidade representativa dos mundurucus. Jairo foi eleito depois que a antiga diretoria caiu devido ao escândalo. “Tem um monte de gente fazendo projetos por conta própria”, diz Nanci Maria Rodrigues da Silva, secretária estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia.

Os suruí de Almir tiveram o cuidado — e a esperteza — de fazer tudo como manda o manual. Na verdade, eles estão preparando o terreno para quando o comércio de títulos de Redd estiver regulamentado. Fizeram um inventário do estoque de carbono, criaram cotas anuais de desmatamento para atividades de subsistência, previram um manejo dessas áreas, começaram uma ação de reflorestamento e, com tudo isso, conseguiram as certificações internacionais. O dinheiro do Redd é crucial para manter a floresta. Para o sucesso do projeto, é fundamental acabar com o tráfico de madeira ilegal. Ninguém compra créditos de carbono que podem literalmente virar fumaça. Sabendo disso, os suruí abriram várias frentes: estão investindo em turismo

ambiental, criaram a marca (e a logo-marca) 100% Paíter e negociam a entrada de seus produtos numa grande rede de supermercados. Os recursos provenientes dessas atividades serão geridos por um fundo financeiro que está sendo montado em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, o Funbio. “É a garantia de que o dinheiro será empregado de maneira clara e transparente”, diz Ângelo Augusto dos Santos, do Funbio.

Os suruí, mais profissionalizados e mais bem orientados que os caiapós, que na década de 80 fizeram fama ao vender óleo de castanha-do-pará para a rede de lojas inglesa The Body Shop, vangloriam-se, agora, do sucesso em um ambiente tradicionalmente hostil. Até os anos 90, eram conhecidos como índios madeireiros. A maior parte dos chefes de família tirava seu sustento fazendo vista grossa para a entrada dos exploradores. “Há cinco anos, safam 400 caminhões de madeira por dia da Sete de Setembro”, diz Almir.

Desde os 17 anos, já com status de liderança, ele cobra a ajuda das autoridades brasileiras contra os madeireiros — os predadores, ilegais, e não aqueles que exercem sua atividade dentro das normas. Almir teria até chegado a denunciar gente de seu próprio grupo. “Não denunciei”, diz. “Estava numa reunião com a Polícia Federal, reclamando, e eles me disseram: ‘Mas tem índio envolvido’. Eu estava nervoso. Respondi: ‘Então, prende.’” Hoje, a extração criminosa de madeira nas ter-



LUIZ MARINIANO

EXPERIÊNCIA SEM SAUDOSISMO

José Suruí, 49 anos, membro do conselho dos anciões dos suruí, acompanhou o primeiro contato com a sociedade brasileira. Viu seus companheiros ficar doentes e morrer de sarampo e tuberculose. De 5 000 foram para 290. Perdeu pai, mãe e quatro irmãos. “Os velhos nos avisaram para não chegar perto dos brancos”, lembra. “Não acreditamos, éramos curiosos.” Mas diz que tudo isso é passado. Integrante do chamado parlamento paíter, participa ativamente da construção do atual plano de desenvolvimento.

ras dos suruí é rara. Mas a pressão por áreas cada vez mais amplas de extração continua. No mês passado, depois da apreensão de três caminhões de madeira ilegal, um chefe suruí foi vítima de uma emboscada. Foi salvo por um carro que passava na estrada, mas ficou encarregado de transmitir um recado: “Diga ao Almir que vamos pegar ele e a família dele”.

A família de Almir, tal como é formada, inexistiria se o cotidiano indígena fosse regido pelo Código Penal brasileiro. Como não é assim, Almir tem duas mulheres (não índias) e cinco filhos. Todos passaram a andar com proteção policial. “Ninguém quer que aconteça nada com a gente agora”, diz a segunda mulher de Almir, a historiadora Ivaneide Bandeira Cardozo. “E depois da Rio+20?” ■

LUZ NA ESCURIDÃO DOS MARES

Mais desconhecida parte do planeta, os oceanos começam a entregar seus segredos por meio de novíssimas pesquisas

MARCELO BORTOLOTTI

Cobrindo dois terços do globo terrestre e concentrando 97% da água nele contida, os oceanos são imprescindíveis à vida, em suas funções de fonte de alimento e regulador da quantidade de oxigênio e gás carbônico na atmosfera. São, ao mesmo tempo, o ambiente menos estudado e explorado da Terra. No mais ambicioso esforço feito até agora para reverter esse quadro, em março passado o veleiro *Tara*, inspirando-se nas viagens do *Beagle*, que entre 1831 e 1836 transportou Charles Darwin, e do *Challenger*, que de 1872 a 1876 deu a volta ao mundo, encerrou no Porto de Lorient, na França, uma expedição científica que durou dois anos e meio, percorreu 115 000 quilômetros e passou por todos os oceanos. Com instrumentos de última geração e uma equipe de 126 cientistas de várias nacionalidades que se revezaram no trajeto, o *Tara* reuniu 27 000 amostras de vida marinha que serão analisadas nos próximos dez anos. Além disso, o material coletado vai ajudar a detectar o tamanho do impacto da atividade humana nos mares. As observações dessa expedição e de outras pesquisas já realizadas derramam luz sobre os cinco principais problemas a ser enfrentados para preservar a imensidão azul. ■



1 ACIDIFICAÇÃO

Grande parte do gás carbônico na atmosfera, ao reagir com a água do mar, forma um ácido que, embora fraco, se espalha e desequilibra os ecossistemas marítimos

Em 2010, a expedição Tara Oceans acompanhou a morte de **36%** das colônias de corais da Ilha Mayotte, no Oceano Índico, num espaço de dez dias

A medição foi feita em **102** áreas de corais. Comprovou que moluscos e corais que têm um esqueleto calcário e precisam absorver elementos de carbono na água não conseguem fazê-lo quando eles estão na forma de ácido

2 PESQUISA INSUFICIENTE

Os microrganismos marítimos animais e vegetais, ou plâncton, respondem por 50% do oxigênio na atmosfera. Conhecê-los é fundamental para saber os impactos provocados pela ação humana

Na região próxima à costa do Chile e do Peru, o volume de plâncton é **10** vezes a média dos oceanos

Calcula-se que exista **1 bilhão** de espécies desses microrganismos, mas menos de **1%** já foi identificado

1,5 milhão foi mapeado pela expedição Tara Oceans

3 AQUECIMENTO DA ÁGUA

Quanto mais quente é a água na superfície, menos ela se mistura com as correntes geladas e a parcela de nutrientes que carregam, aumentando áreas onde há pouca vida marítima — os chamados desertos oceânicos

Eles ocupam **20%** dos oceanos

No oceano Atlântico e no Pacífico, a área de desertos aumentou **15%** em uma década

Entre o Pacífico Sul e a Oceania, sua extensão cresceu ao ritmo de **250 000** quilômetros por ano



Fontes: Tara Oceans, Sérgio de Oliveira Lourenço (UFF), Gláycio Moser (Uerj), Rubens Lopes (USP), Marcelo Vianna (UFRJ) e Paulo Rosman (Coppe)

4 ACÚMULO DE PLÁSTICO

Além da poluição visível, uma parte se dissolve na água e forma uma espécie de sopa tóxica, que entra na cadeia alimentar e volta à população na forma de doenças. Dez milhões de toneladas de plástico são jogadas no mar a cada ano

Num ponto de cruzamento de correntes marítimas no Pacífico Norte, entre o Havaí e a Califórnia, a quantidade de lixo plástico flutuante chega a cobrir uma área de **700 000** quilômetros quadrados — **15** vezes o tamanho do estado do Rio de Janeiro

5 MENOS PEIXES

Além da pesca predatória, a redução no número de peixes é agravada pela poluição nas encostas, que desequilibra o ecossistema em áreas protegidas como baías ou lagoas, utilizadas por muitas espécies para procriação

No norte do Oceano Atlântico, mais de **90%** das espécies de peixes estão sendo exploradas no limite máximo ou acima dele. A produção de bacalhau era de **2 milhões** de toneladas na década de 60, caiu para **60 000** em 2008 e está esgotada

No mundo, **57%** dos estoques de peixes estão sendo explorados em sua capacidade máxima e outros **30%** são explorados acima do limite

Existem **30 000** espécies de peixes nos mares

Em **15** anos, triplicou o número delas sob risco de extinção. Hoje, **2 000** espécies estão ameaçadas ou criticamente ameaçadas

FOTOS: S. LAURENÇO/ARQUIVO TARA OCEANS; S. LAURENÇO/ARQUIVO TARA OCEANS; S. LAURENÇO/ARQUIVO TARA OCEANS; S. LAURENÇO/ARQUIVO TARA OCEANS

COMO PROTEGER A

A proteção da floresta não se dará por meio de entraves jurídicos que barrem o acesso de estrangeiros à coleta de material científico — hoje, quem conhece de fato é quem possui de direito



AMAZÔNIA

TEXTO ADALBERTO LUIS VAL

FOTOS PEDRO MARTINELLI

O *uti possidetis* — um princípio romano do direito privado que significa “deve possuir de direito quem já possui de fato” — foi evocado no âmbito do Tratado de Madri, assinado entre as coroas portuguesa e espanhola em 1750, para contornar os constrangimentos causados em função da inobservância do Tratado de Tordesilhas, decorrentes das incursões portuguesas que deixavam fincadas suas pretensões, entre outras, por meio da fundação de vilarejos com nomes de cidades portuguesas, a exemplo de Barcelos, no Amazonas (estabelecida inicialmente com o nome de Mariuá em 1728), Tefé (elevada à categoria de vila em 1709), Borba (1728) e Novo Airão (povoado instalado em 1657). A habilidade dos representantes da diplomacia portuguesa, entre eles o brasileiro Alexandre de Gusmão, na negociação do Tratado de Madri permitiu que Portugal se firmasse no vasto território brasileiro, particularmente na Amazônia, definindo de forma aproximada o contorno geográfico que o Brasil tem hoje. Como naquela época, ainda hoje, por absurdo que pareça, o desconhecimento científico do solo, da fauna e da flora, a quase completa falta de informações, limita as necessárias intervenções na região para assegurar a inclusão social associada à conservação ambiental. Hoje, pouco mais de 260 anos depois do Tratado de Madri, diante do cenário mundial que requer ações direcionadas ao Desenvolvimento Sustentável e à Economia Verde, a carência de informações robustas fragiliza a Amazônia tanto no que se refere à conservação de seus recursos naturais quanto aos posicionamentos internacionais do governo brasileiro sobre as questões que a envolvem.

PRONTO PARA A COPA DE 2014

No trecho do Rio Negro que atravessa o centro de Manaus, o lodo se mistura a garrafas de plástico e bolas de futebol. Os estragos ambientais da Amazônia são mais pequenos do que imagina o romantismo conservacionista



Ressalte-se que a informação científica tem papel vital na consolidação do domínio de uma nação sobre seu território — vale mais, a rigor, que a ocupação geográfica. Estrategicamente, a informação, a cultura, a língua e os processos de inclusão social são mais decisivos do que o poderio bélico na consolidação da cidadania e da autoridade nacional sobre um dado espaço. Ao *uti possidetis* do Tratado de Madri cabe agora uma nova conotação: “quem conhece de fato deve possuir de direito”.

No século XXI, de imensa distribuição de conhecimento, da tecnologia a serviço do fim das fronteiras, convém prestar ainda mais atenção aos desafios que vêm por aí, à margem de todo romantismo amazônico. Há três recortes fundamentais. Vejamos. Em primeiro

lugar, é preciso destacar que vivem na Amazônia cerca de 25 milhões de brasileiros. Essa população representa um conjunto de desafios nas áreas da saúde, de educação, do transporte, da comunicação, entre outros, a ser contornados considerando-se os matizes socioculturais muito variados. Em segundo lugar, some-se a necessidade de criar soluções econômicas para geração de renda e inclusão social ante o esgotamento do modelo extrativista, que prevaleceu por muito tempo, a rigor, desde o Tratado de Madri — os moradores de Manaus à margem do Rio Negro poluem a água, jogando dejetos na corrente, não porque sejam atávicos demolidores ambientais, mas porque não lhes é dada alternativa mais adequada. Vivem na pobreza tal qual os cidadãos de outras cidades (*veja ao longo desta reportagem o ensaio fo-*

tográfico de Pedro Martinelli feito com exclusividade para VEJA em Manaus). O terceiro recorte refere-se ao fato de que aqueles desafios e à necessidade de alternativas econômicas se somam outras características — biodiversidade, ausência de infraestrutura adequada e fragilidade da pesquisa científica. São condições compartilhadas por todos os países amazônicos, o que amplia as responsabilidades brasileiras em decorrência de a maior parte da região encontrar-se em nosso território.

A Amazônia é um ecossistema peculiar. Não convém importar ideias e simplesmente adaptá-las às condições locais. As informações precisam ser produzidas a partir das próprias realidades amazônicas. Entretanto, os equívocos se reproduzem desde os tempos remotos. No ensino fundamental, por



A REALIDADE DE MANAUS

No Igarapé do 40, as canaletas jogam lixo no Rio Negro. No Pontão da Panair (à dir.), uma senhora atravessa a ripa de madeira com um tambaqui morto aos pés

exemplo, mantém-se um currículo homogeneizado com o do restante do país e que acaba por deslocar as crianças de seu ambiente e de sua cultura. Além disso, em patamares mais elevados da cadeia escolar, predomina a ausência de programas para formação de mestres e doutores em áreas absolutamente vitais para a região, tais como engenharia naval, engenharia de transportes e bioquímica, entre outras. Pouco mais de 4% dos cursos de pós-graduação em funcionamento no país operam em instituições amazônicas, a despeito do enorme esforço da Capes e do CNPq.



Essa situação cria um profundo desequilíbrio regional, já que, somadas todas as instituições de ensino e pesquisa existentes na região, contam-se pouco mais de 4.300 doutores, boa parte dos quais longe das bancadas dos laboratórios de pesquisa. Definitivamente é um número de fragilidade sem precedentes, quer se considerem as demandas e as ameaças regionais, quer se considere o número de doutores existentes no país (cerca de 85.000 atuando em pesquisa e ensino) ou, ainda, os mais de 10.000 deles capacitados a cada ano no Brasil. Emerge, desse cenário, a urgente necessidade de uma clara política de fixação de pessoal qualificado na Amazônia.

Criar esse novo quadro é fundamental para que o Brasil assuma a liderança na produção e distribuição de informações, de onde resultará a plena

soberania sobre a Amazônia. Não adianta apelar para subterfúgios afei-tos a manter o sistema inacessível, inviabilizando a coleta de material científico por estrangeiros, por exemplo. As leis valem apenas para o ser humano e dentro de um dado território: os peixes e os pássaros continuarão migrando entre os países e o Rio Amazonas continuará despejando mais de 170.000 metros cúbicos de água por segundo no Oceano Atlântico, água biologicamente diversa. Em outras palavras, a proteção da região não se fará por meio de entraves jurídicos para a coleta de material biológico e acesso à diversidade existente — ela se fará, sim, por meio do estímulo ao conhecimento. ■

Adalberto Luis Val é diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

A CONSPIRAÇÃO DOS VERDES

Provocador, o jornalista inglês James Delingpole, um dos maiores divulgadores do ceticismo científico em relação ao aquecimento global, diz que a tese dos ambientalistas se tornou uma enorme indústria — e que sob ela se oculta um programa político global contrário à democracia

JERÔNIMO TEIXEIRA

O jornalista inglês James Delingpole é um dos mais destacados céticos do aquecimento global provocado pelo homem. Em 2009, quando vazaram e-mails nos quais pesquisadores do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) combinavam manipulações de dados, Delingpole popularizou, em seu blog no jornal *The Telegraph*, a expressão “climagate”, referência a Watergate, como é conhecido o escândalo que derrubou o presidente americano Richard Nixon. Delingpole é um provocador, mas mesmo suas provocações mais extremas são embasadas em fatos. Em *Os Melancias* (leia resenha na página 152), ele faz questão de citar estatísticas segundo as quais a população de ursos-polares — que se tornaram um ícone intocável do alarmismo contra o aquecimento global — permanece estável. Na entrevista abaixo, Delingpole é categórico: o aquecimento global nunca foi uma questão científica, mas sim política.

Da sua perspectiva de cético, a conferência Rio+20 faz algum sentido?

Não. É uma irrelevância, uma distração dos problemas reais, como a atual crise econômica, que pode ser a maior que o mundo já enfrentou. E o que é nojento nessa baboseira do Rio é que o ambientalismo, de certo modo, é uma das causas da crise. A maior parte das pessoas, de todos os quadrantes do espectro político, deseja um mundo lim-

po, gosta de biodiversidade e não quer ver mais espécies extintas. Mas o ambientalismo tem sido usado para propósitos muito diferentes. Tornou-se um ataque ao sistema capitalista e à liberdade de mercado. Isso ajudou a incrementar taxas e regulamentações que se revelaram um suicídio, e que estão aprofundando a crise.

De que modo o ambientalismo exerce impacto econômico? A pior coisa que o ambientalismo fez ao mundo foi lançá-lo na busca das chamadas “energias alternativas”. Temos a grande mentira do aquecimento global antropogênico, essa ideia de que o CO₂ está aumentando



DAVID YARROW / GETTY IMAGES



DIVULGAÇÃO



ÍCONE DA CATÁSTROFE

James Delingpole (à esq.): o cético observa que a população de ursos-polares está na verdade estável, e diz que o aquecimento global nunca foi uma questão científica, mas sim uma pregação

a temperatura global de forma catastrófica. E ciência fajuta, um artigo de fé religiosa que não resiste a um escrutínio científico cuidadoso. Isso levou à ideia de que os combustíveis fósseis são ruins. Essa noção, por sua vez, pressionou governos de todo o mundo a substituir suas fontes tradicionais de energia — petróleo, gás, carvão — por fontes caras e pouco confiáveis, como energia solar e eólica. A energia, por consequência, se tornou mais cara para o consumidor individual e para a indústria. Faltam estudos para quantifi-

car isso, mas diria, tirando um número da cartola, que a energia hoje está 20% ou 25% mais cara do que deveria custar. E isso exerce um impacto negativo sobre o PIB dos países tolos o bastante para adotar novas políticas de energia. É claro que a China ou a Índia não estão fazendo de tudo para se adequar ao Protocolo de Kyoto. São os países da União Europeia e os Estados Unidos de Obama que caíram nesse surto de histeria coletiva.

Passados já três anos do escândalo do climagate, qual a extensão do dano para os que defendem a tese do aquecimento global produzido pelo homem?

Se você acredita nos cientistas pegos na mentira, o climagate foi só um bando de cientistas batendo um bom papo. Mas qualquer um com um grama de integridade que examine os e-mails vazados só pode concluir que está diante

de um golpe, de uma fraude lamentável. Os cientistas envolvidos não eram pesquisadores de segunda categoria, mas figuras de enorme relevância no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O presidente Obama descreveu o IPCC como o “padrão-ouro” da ciência climática. Portanto, esses cientistas têm uma responsabilidade enorme. Se eles erram, o mundo sofre, pois políticas globais são feitas a partir das previsões deles. E o que vemos nas mensagens eletrônicas é que, em privado, esses cientistas estão muito menos seguros da ameaça do aquecimento global do que eles professam em seus relatórios públicos. Exageraram a ameaça por razões políticas. Comportam-se, assim, mais como ativistas do que como cientistas. Houve vários inquéritos sobre o climagate — e adivinhe só: todos isentaram os culpados. Foi assim porque há muito dinheiro na indústria da mudança climática. Homens públicos como Al Gore construíram a carreira em torno dessa fraude, e instituições financeiras como a Goldman Sachs já lucraram com compensações de carbono. Ninguém quer ver a fraude exposta.

O ambientalista James Lovelock recentemente admitiu que as previsões mais catastróficas sobre aquecimento global estavam erradas. Isso representa um golpe para o movimento ambientalista? Sim. Para os verdes, Lovelock é um guru, um profeta do Antigo Testamento. Ele, afinal, inventou a Hipótese Gaia, que James Cameron usou em *Avatar*: tudo se conecta, o planeta todo é um organismo vivo em que tudo se inter-relaciona. É uma ideia persuasiva. O problema é que muitos ambientalistas acreditam que o homem não tem lugar algum nessa biosfera, e que Gaia estaria muito melhor sem ele. Há um componente misantrópico forte no movimento verde. O Clube de Roma (*think tank* dedicado a temas ambientais fundado em 1968), nos anos 70, já dizia: “A Terra tem um câncer, e o câncer é o homem”.

O senhor consegue imaginar outros expoentes do movimento verde revisando suas posições? Nos próximos anos, cientistas de caráter vão admitir que os

dados não sustentam suas conclusões. Mas duvido que pessoas como Al Gore revisem suas posições. Elas estão muito comprometidas com a causa, e não são cientistas. O debate sobre aquecimento global, aliás, nunca foi científico, mas político. O debate científico está encerrado. A temperatura da Terra segue seus ciclos. As emissões de carbono aumentaram dramaticamente desde os anos 90, mas a temperatura não subiu no mesmo ritmo. Não há correlação óbvia entre as duas coisas, e os que propõem causas humanas para o aquecimento não conseguem explicar essa disparidade de forma satisfatória.

E qual seria a agenda política do movimento verde? É a exploração da histeria pública para contornar o processo democrático. No lugar de representantes eleitos, eles querem que burocratas e tecnocratas sem rosto de órgãos como as Nações Unidas determinem que caminhos o mundo deve seguir. A ideia é que a salvação do planeta é tão importante que não pode ser confiada a indivíduos, nem sequer ao governo de cada país. Seria preciso uma elite iluminada, do alto de uma espécie de governo global, para fazer o que é certo. Seria, claro, um fascismo global. Não acredito em teorias da conspiração, mas essas ideias estão nos textos de referência do movimento am-

CARREIRISMO ECOLÓGICO
Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos e arauto das piores catástrofes: imagem pública construída sobre a campanha contra emissões de carbono

biental — por exemplo, nos livros do Clube de Roma e nos textos de Maurice Strong, idealizador da Eco 92.

Pode existir um ambientalismo conservador? Claro. Conservadorismo, afinal, diz respeito à conservação. Eu sou um amante da natureza. Caço raposas, e caçadores querem que a natureza seja preservada — se você matar todos os animais, não haverá nada para caçar no futuro. O próprio movimento ambientalista já conseguiu grandes feitos. Fez com que as indústrias parassem de lançar dióxido de enxofre na atmosfera e poluentes nos rios. Mas o pânico do aquecimento global está nos desviando

das questões verdadeiras. A pesca predatória, por exemplo, é um desastre. A escassez de água potável também é um problema sério. Para resolver essas questões, é preciso saber que, ao contrário do que prega o movimento ambientalista, crescimento econômico e preservação não são incompatíveis.

Sua militância cética é financiada por alguma grande empresa de petróleo? Quem me dera! Há pessoas ganhando fortunas para dar um verniz ecológico a grandes empresas. São financiadas até pela Shell. Se eu estivesse atrás de dinheiro, seria um ecomaluco, não um cético. ■

OS PROCURADORES DO APOCALIPSE

O jornalista inglês James Delingpole, mais que um cético em face do movimento ambientalista internacional, é, em seu blog no jornal *The Telegraph* e agora em *Os Melancias* (tradução de Gleuber Vieira; Topbooks; 320 páginas; 46,90 reais), recém-lançado no Brasil, um de seus mais articulados críticos. Delingpole tem-se mostrado capaz de desmontar as contradições e mentiras relativas à pseudociência politizada, ao aquecimento global antropogênico e às soluções para esses supostos problemas, propostas sob nomes inofensivos como "crescimento sustentável". O título do livro se refere aos militantes mais exaltados que, verdes por fora mas vermelhos por dentro, alegam defender baleias e florestas, índios e geleiras, mas desejam mesmo acabar com o capitalismo, tal como a esquerda revolucionária tradicional (embora esqueçam que os comunistas ortodoxos não

abominavam a civilização industrial). Em *Os Melancias* Delingpole desvenda a misantropia do ambientalismo: se muita gente gosta da natureza, os ativistas mais fanáticos adoram nela uma divindade cruel e vingativa e, autoneomeando-se seus procuradores, consideram a espécie humana um mal a ser erradicado. Malucos, oportunistas em busca de verbas privadas e públicas ou até a maioria de iludidos bem-intencionados — todos apregoam a mesmíssima solução universal já receita antes para o imperialismo e a miséria, para o hoje desmoralizado resfriamento global (a iminência da chegada de uma nova idade do gelo era o desastre anunciado nos anos 70) e para a atual epidemia de obesidade, a saber: a instalação de governos cada vez maiores, mais fortes e menos representativos que, capitaneados, de preferência, pela burocracia não eleita da ONU, interfiram sem limites na vida privada das pessoas. Sempre, claro, para o bem destas.

NELSON ASCHER

